

PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA



Pinheiros/ES
2026

SUMÁRIO

- 1- Introdução
- 2- Finalidade
- 3- Documento de Aprovação
- 4- História do Município
 - 4.1- Hino do Município
 - 4.2- Organização do poder executivo Municipal
 - 4.3 - Localização do Município
 - 4.4- Distritos e Principais Comunidades
- 5- Cenários de Risco
 - 5.1- Áreas de risco
- 6- Microdrenagem no Município de Pinheiros
 - 6.1- Justificativa
 - 6.2- Alcances econômicos e sociais e metas a serem atingidas
 - 6.2- Impactos econômicos do alagamento e alcance econômico da Obra
 - 6.3- Impactos sociais do alagamento e alcance social da obra
 - 6.4- População afetada no município e população urbana afetada por bairro
- 7- Capacidade de resposta
- 8- Plano de ativação
- 9- Desmobilização
- 10- Monitoramento
 - 10.1- Alerta
 - 10.2- Alarme
- 11- Acionamento de Recursos
- 12-Ações de Socorro
- 13- Abrigamento
- 14- Recebimento, Organização e distribuição de Doações.
- 15- Atribuições
- 16- Contatos Úteis

1 - INTRODUÇÃO

“Documento que registra o planejamento elaborado a partir da percepção e análise de um ou mais cenários de risco de desastres e estabelece os procedimentos para ações de monitoramento (acompanhamento das ameaças), alerta, alarme, fuga, socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais”.

“Conjunto de medidas preestabelecidas destinadas a responder a situação de emergência ou a estado de calamidade pública de forma planejada e intersetorialmente articulada, elaborado com base em hipóteses de desastre, com o objetivo de minimizar os seus efeitos.” (DECRETO Nº 10. 593/2020)

2 - FINALIDADE

O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil – PLANCON para o município de Pinheiros estabelece os procedimentos adotados pelos órgãos municipais, envolvidos na resposta de ações de prevenção, mitigação e socorro às emergências e desastres, quando da atuação direta ou indireta, em eventos relacionados a estes desastres naturais, recomendando e padronizando, a partir da adesão dos órgãos signatários, os aspectos relacionados ao monitoramento, alerta, alarme e resposta, incluindo as ações de socorro, ajuda humanitária e reabilitação de cenários, a fim de reduzir os danos e prejuízos decorrentes.

3 - DOCUMENTOS DE APROVAÇÃO

O Plano de Contingência Municipal de Proteção e Defesa Civil de grandes impactos naturais, como inundações bruscas, processos geológicos ou hidrológicos correlatados no município de Pinheiros estabelece procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos direta ou indiretamente na ação de prevenção e resposta a emergências e desastres relacionados a estes eventos naturais.

Ações de prevenção: medidas prioritárias destinadas a evitar a Conversão de risco em desastre ou a instalação de vulnerabilidades;

Ações de mitigação: Medidas destinadas a reduzir, limitar ou evitar o risco de desastre;

Ações de preparação: medidas destinadas aperfeiçoar ações de resposta e minimizar os danos e as perdas decorrentes do desastre.

O presente plano foi elaborado e aprovado pelos órgãos e instituições integrantes do sistema municipal de defesa civil de Pinheiros, identificados na página de assinaturas, os quais assumem o compromisso de atuar de acordo com a competência que lhes é conferida, bem como realizar as ações para a criação e manutenção das condições necessárias ao desempenho das atividades e responsabilidades previstas neste Plano.

4 - HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE PINHEIROS

A denominação Pinheiros, que deveria ser Pinheiro, no singular, é oriunda de uma homenagem a um de seus fundadores, José Pinheiro Gama. A sua área territorial, constituída de 960 Km², foi desmembrada do município de Conceição da Barra, situada no extremo norte do Estado do Espírito Santo.

O Município de Pinheiros teve sua origem no século XX, com a exploração de madeira, em suas vastas e densas matas. Os primeiros exploradores vieram de São Mateus, via Itauninhas, por volta de 1940. Depois destes, ainda na mesma década vieram os desbravadores, de Minas Gerais e da Bahia, via Nanuque, na época chamada de “Bueno”. Muitos com o desejo de adquirir terras na região, para formarem fazendas.

Os primeiros, se localizaram às margens do Córrego do Sobrado, próximo à divisa do município de Mucurici e deram origem a um povoado que, inicialmente, se chamou “Capinado” e, mais tarde, se chamou São João do Sobrado, cujo nome permanece até hoje e pertence ao município de Pinheiros

O rancho tinha por finalidade proteger sacarias de farinha de mandioca e outros produtos, enquanto se aguardava o transporte, em caminhões que conduziam madeira, com destino a São Mateus. Neste mesmo rancho, os moradores da região recebiam produtos comprados em São Mateus e que de igual forma vinham em caminhões, tais como querosene, açúcar, sal, sabão, arame farpado e ferramentas de trabalho.

Nessa época, em São Mateus, existia a Serraria Cacique, de propriedade de Osvaldo Shuber, que explorava a extração de madeira nas regiões de Santo Antônio e do Jundiá.

Para gerenciar a extração de madeira, trabalhava para a Serraria Cacique, Lousival Carvalho, que cuidava da abertura de picadas na mata, comandava os homens que

derrubavam árvores e cuidava do embarque dessa madeira para São Mateus. Na equipe de Lousival Carvalho, trabalhava um cidadão com o nome de José Pinheiro Gama, que o ajudava em todos os serviços, inclusive na medição das toras e seleção da madeira.

Lousival Carvalho verificando que na região do Jundiá havia muitos trabalha-dores no corte da madeira e alguns moradores, que formavam as primeiras fazendas, e sabendo das dificuldades destes para a compra de alguns produtos, resolveu, então, instalar nessa região uma casa comercial, conhecida pelos moradores como “venda”.

Para isso, construiu uma casa rústica, feita de madeira, coberta de “tabuinhas” e localizada em frente ao rancho já existente, às margens da estrada. Neste local, hoje, existe um prédio comercial de propriedade de Milton Alves de Assis e que se localiza à Praça Governador Lacerda de Aguiar.

Essa “venda” passou a funcionar em meados de 1953 e, para trabalhar na mesma, Lousival Carvalho contratou o Sr. José Pinheiro Gama, que em pouco tempo construiu uma pequena casa de madeira nas proximidades, onde passou a residir com a sua família.

Nessa época, as terras situadas às margens do Córrego da Água Limpa, do Córrego da Gameleira, do Córrego do Veado, do Córrego Seco e do Córrego da Palmeirinha, já possuíam alguns moradores, que mesmo usando o machado, desbravaram a região, tais como Manoel Ribas, Vitor Ferreira de Oliveira, Joaquim Ribas, Diolindo Campos, Abílio Meira, Marciano Rebouças, Neucir Heringer, Pedro Iraba, Eugênio Valani, Adelino Camporez, Moacir Caniporez e Antonio Brunelli. Hoje, a comunidade Brunelli tem esse nome em homenagem ao Sr. Antonio Brunelli e a Comunidade do Capitão têm esse nome em homenagem a Eugênio Valani, que era conhecido pelo codinome de “Capitão”.

José Pinheiro Gama, na época, com 56 anos de idade, logo se tornou conhecido na região e conquistou a amizade de todos. No mesmo ano, alguns trabalhadores no corte de madeira construíram algumas casas de madeira nas proximidades da “venda” e a localidade passou a ser chamada “Comercinho de Pinheiro”. As terras da localidade pertenciam a Gerno Sterlim, que na época residia no sul do Estado do Espírito Santo.

Este, vendo prosperar o povoamento, com a chegada de mais trabalhadores, resolveu, então, doar um alqueire geométrico de suas terras para a construção de casas. Em pouco tempo formou-se um povoado, erguido na abertura existente no meio da mata, cuja área compreende, hoje, as abrangentes à Praça Governador Lacerda de Aguiar e ruas

adjacentes. As casas eram feitas de madeira e geralmente cobertas de “tabuinhas” ou mesmo de palha de palmeira. Só mesmo depois de 1954 é que surgiram as primeiras casas construídas de adobes.

Em 30 de dezembro de 1955, o povoado foi elevado à categoria de Distrito do município de Conceição da Barra, recebendo oficialmente o nome de “Barrinha-”. Nesta época, a Vila de “Barrinha” já possuía outras casas comerciais e disputava com São João do Sobrado a preferência do comércio. Neste mesmo ano, a Vila de Barrinha recebeu a visita do Pe. José Dalvit, vi-gário da Paróquia de São Mateus, celebrando a primeira missa ocorrida na localidade e que se realizou em um barracão existente junto ao armazém de Lousival Carvalho e no qual ainda trabalhava José Pinheiro Gama.

Foi também por volta de 1955 que chegaram os primeiros moradores evangélicos e, nas suas próprias casas, passaram a se reunir em cultos de oração, fundando logo depois a primeira Igreja Batista. Augusto Ruschi, hoje, conhecido mundialmente como cientista naturalista, nessa época, sendo agrimensor, por várias vezes esteve na região de “Barrinha”, realizando medição de terras e, inclusive, foi ele quem mediu a área de terra destinada para a implantação da Reserva Biológica do Córrego do Veado, até hoje existente.

Em 22 de abril de 1964, no Palácio Anchieta, na capital do Estado, em ato solene, na presença de várias autoridades e políticos de “Barrinha”, deu-se por instalado o município de Pinheiros, com a posse de Adelar Xavier no cargo de prefeito provisório. Desde então, no dia 22 de abril de cada ano, o povo pinheirense festeja essa data como

4.1 - HINO DO MUNICÍPIO DE PINHEIROS

Letra:

Fábio Teixeira e Vilmar Teixeira

Música:

Fábio Teixeira

Arranjo:

Cristovão Coelho da Silva

Ao buscar inspiração,
Pra expressar com coração,
Essa força dessa terra brasileira.
Achei nesse meu lugar,

Tudo que eu quis procurar,
As virtudes de uma gente hospitaleira.
Uma história de raiz,
A cidade que eu quis,
Pinheiros sua história é verdadeira.

De Barrinha até Pinheiros,
Triunfamos com vigor,
E crescemos com bravura e valentia.
Preservando o ambiente,
Trabalhando consciente,
Somos frutos da nossa sabedoria.
Um pequeno povoado,
Alcançando dimensões,
Ao esforço de homens desbravadores.

Colhi frutos desse chão,
Ao plantar convicção,
Que nasceriam daqui tantos valores.
Uma história de raiz,
A cidade que eu quis,
Pinheiros expressão de meus amores.

Oh! Bela cidade!
Seu território é por Deus abençoado.
És feliz cidade,
Um lindo emblema no Solo do Santo Estado.
Um lindo jardim, onde se planta
E colhe amor o ano inteiro.

És o meu orgulho,
De ser chamado assim
Um filho de Pinheiros.
Nosso Lema é o progresso,
Avançando com sucesso,
Um futuro cada vez mais promissor.

Juventude educada,
Agricultura rica e farta,
Referência de um povo trabalhador.
És destaque na cultura,
Espelho da região,
Teu sucesso em largo palco. contracena.
Seu aspecto é atenção

E faz ecoar então
Seu codinome Doce Terra Morena.
Uma história de raiz,
A cidade que eu quis,
Pinheiros sua história é um poema.
O seu povo, o seu chão,
Costume e tradição.
São inúmeros temas pra sua bandeira.

O progresso evolução
Sua fé em expansão,
Te coloca em meio a tantas à primeira.
Uma história de raiz
A cidade que eu quis.
Pinheiros sua história é verdadeira.
Oh! Bela cidade!

Seu território é por Deus abençoado.
És feliz cidade,
Um lindo emblema no Solo do Santo Estado.

Um lindo jardim, onde se planta
E colhe amor o ano inteiro.
És o meu orgulho,
De ser chamado assim
Um filho de Pinheiros.

4.2 - ORGANIZAÇÃO DO PODER EXECUTIVO

I - Órgãos de Assessoria e Apoio Direto ao Prefeito:

- a) Procuradoria — Geral do Município;
- b) Controladoria — Geral do Município;
- c) Superintendência de Governo;
- d) Departamento de Gabinete;
- e) Departamento de Comunicação e Publicidade;
- f) Departamento de Cultura e Turismo;
- g) Departamento de Engenharia Civil.;

II - Secretarias Municipais:

- a) Secretaria Municipal de Administração e Planejamento:
 - 1. Departamento de Administração;
 - 2. Departamento de Pessoal;
 - 3. Departamento Almoxarifado e Patrimônio;
 - 4. Assistência Judiciária Municipal;
 - 5. Departamento de Compras;
- b) Secretaria Municipal de Finanças;
- c) Secretaria Municipal de Educação:
- d) Secretaria Municipal de Esporte e Lazer:
- e) Secretaria Municipal de Saúde:
 - 1. Departamento de Administração à Saúde;
 - 2. Central Municipal de Regulação;
 - 3. Hospital Municipal de Pinheiros;
- f) Secretaria Municipal de Assistência Social:
 - 1. Superintendência de Proteção Assistencial;

2. Assessoria de Relações Institucionais;

g) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

1. Departamento de Agricultura;

2. Departamento de Meio Ambiente;

h) Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Urbanismo:

1. Departamento de Obras Públicas;

2. Departamento de Transportes e Mecânica.

PÁGINA DE ASSINATURAS

NOME	TITULO DA AUTORIDADE	ASSINATURA
EDILSON MORAIS MONTEIRO	PREFEITO MUNICIPAL	
WELTON DE JESUS PAIVA	VICE-PREFEITO	
CLEOMAR SOARES DE SOUZA	CÂMARA DE VEREADORES	
UDISON BRITO OLIVEIRA	SECRETARIO DE EDUCAÇÃO	
LUCIANA ELLEN PASSOS DE ALMEIDA	SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
MARILZA MORAES FERREIRA GARCIA	SECRETARIA DE FINANÇAS	
EDUARDO SIQUEIRA SUSSAI	SECRETARIO DE SAÚDE	
GILVAN COSTA AGUIAR ROCHA	SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.	
JAILSON ALVES FERNANDES	SECRETARIO DE OBRAS E URBANISMO	
RENATO MARQUES BRITO	SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO DE PLANEJAMENTO	
FÁBIO TEIXEIRA	DEPARTAMENTO DE CULTURA	



6.1 - JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA

A drenagem urbana é uma importante rede de infraestrutura para as cidades e faz parte de toda a rede de saneamento. Com a crescente urbanização de novas áreas, soluções que ajudam a evitar os efeitos das chuvas intensas estão sendo largamente aplicadas pelos municípios. A macrodrenagem é uma destas soluções e atua principalmente na retirada do excesso de água do solo, acumulada em áreas relativamente grandes, a nível distrital ou de microbacias hidrográficas.

A macrodrenagem é um conjunto de obras que visam melhorar as condições de escoamento de forma a atenuar os problemas de erosões, assoreamento e inundações. Ela é responsável pelo escoamento final das águas, a qual pode ser formada por canais naturais ou artificiais, galerias de grandes dimensões e estruturas auxiliares.

O Município de Pinheiros/ES sofre constantemente com a situação de suas ruas, com surgimento de buracos e desnivelamento, se tornando um verdadeiro pesadelo para os moradores. Todavia, tais incidentes são frutos de uma série de fatores, tendo como principal as condições do solo da cidade, visto que esta foi edificada às margens do rio Jundiá, o qual hoje se encontra nas galerias subterrâneas que cortam todo o centro e bairros que o rodeiam.

A principal causa das enchentes ocorre devido ao aumento do crescimento populacional de forma desordenada. O desenvolvimento urbano reduz a cobertura vegetal, e por isso causa o desequilíbrio do ciclo hidrológico natural. Os predominantes motivos para essa intensificação dos eventos de chuva são a impermeabilização do solo, as ilhas de calor, e a disposição de resíduos.

A maior influência das enchentes justifica-se pela impermeabilização do solo. A pavimentação das ruas e a cimentação do chão impede a infiltração das águas superficiais no solo, o que contribui para elevação da velocidade de escoamento superficial, do incremento das vazões máximas pluviais em menos tempo, e da elevação dos rios.

Ademais, devido as areias que sustentam a estrutura das ruas serem muito finas, comprovado por um estudo técnico realizado na administração anterior, e, o tipo de calçamento que reveste as vias permitirem a permeação de água da chuva, ocorre o fenômeno da erosão e prejudica o calçamento com abertura de buracos e desnivelamento das vias.

Somados a este problema existe também o fator de o Município de Pinheiros receber um fluxo elevado de veículos longos e de carga pesada devido a atividade agropecuária da região e demais serviços de logística. Tudo isso por se encontrar em um ponto estratégico da região norte capixaba que liga a mais quatro municípios e escoar para fronteiras de dois estados, Minas Gerais e Bahia.

Portanto, o problema do solo que por si só já trazia grande tormenta nos períodos de chuva, acrescido do alto índice de veículos pesados que circulam pela cidade,

as ruas necessitam de manutenção constante. Pensando em solucionar este problema que assola a cidade, necessita-se de construção de novas galerias planejadas para suportar o volume real do Córrego Jundiá e demais que percorrem o subterrâneo do Município, como forma de prevenção destes infortúnios frequentes.

A referida obra de macrodrenagem oportunizará a melhor manutenção das vias, contribuirá para o desenvolvimento do urbanismo da cidade, além de consolidar a boaprática mercante do comércio, entregando a Pinheiros a dignidade que ela e seus munícipes merecem.

Além de atuar na redução das doenças causadas pelo acúmulo de água, como leptospirose e diversas verminoses, a macrodrenagem possui outras vantagens, como:

- Redução dos transtornos decorrentes de fortes chuvas.
- Redução da quantidade de imóveis perdidos ou danificados pelas inundações.
- Diminuição de perdas materiais e humanas em residências, indústrias e comércios.
- Redução de ocorrência de descarte irregular de resíduos.
- Reduzir a ocorrência de alagamentos.
- Melhora da qualidade das águas pluviais.
- escoamento rápido das águas superficiais, facilitando o tráfego por ocasião das chuvas.
- Diminuição da destruição de vias públicas pelo efeito de chuvas intensas.
- Redução de custos com manutenção, restauração e reabilitação de equipamentos públicos danificados após a ocorrência de chuvas.
- Redução transtornos causados pela interdição de ruas e a paralisação de serviços públicos essenciais, como o transporte público.
- Eliminação de águas estagnadas e lamaçais, focos de doenças.
- Aumento do escoamento da água, diminuindo a incidência de enchentes e pontos de alagamento.
- A possibilidade de circulação de veículos e pedestres em áreas urbanas após chuvas intensas.

- Valorização das propriedades nas áreas em que possuem sistema de drenagem.
- Possibilidade do desenvolvimento urbano de forma sustentável.
- Aumento da qualidade de vida.
- Melhoria na qualidade da saúde pública.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023/2024/2025, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

6.2 ALCANCE ECONÔMICO, SOCIAL E METAS A SEREM ATINGIDAS

Impactos Econômicos dos Alagamentos e Alcances Econômicos da Obra

Os alagamentos na cidade de Pinheiros já fazem parte do cotidiano de seus habitantes. Todos os anos, principalmente durante o verão, famílias, empregados, empresários e o poder público têm suas rotinas alteradas em função dos transtornos e inconvenientes provocados pelas chuvas excessivas.

Apesar das incertezas que permeiam as projeções climáticas de longo prazo, evidências recentes apontam para o aumento na frequência e na intensidade das chuvas no município.

Os efeitos das mudanças do clima, associados às mudanças no uso do solo promovidas pelo intenso processo de urbanização da cidade, que não foi articulado a um planejamento urbano adequado, torna a sociedade exposta e vulnerável, aumentando o risco a desastres naturais.

Além das perdas e transtornos sofridos pelas pessoas e empresas diretamente atingidas, esses alagamentos produzem efeitos mais amplos que ultrapassam os limites da cidade, refletindo em setores econômicos do estado e do país. Os impactos dos alagamentos afetam as famílias, as atividades industriais e comerciais, serviços públicos e privados, e o sistema de transporte urbano.

Dada a crescente concentração de pessoas e atividades econômicas na região nas últimas décadas, impactos e perdas econômicas devido a desastres naturais têm aumentado substancialmente.

Com a obra será garantido a redução dos transtornos decorrentes de fortes chuvas, redução da quantidade de imóveis perdidos ou danificados pelas inundações, diminuição de perdas materiais e humanas em residências, indústrias e comércios, redução de ocorrência de descarte irregular de resíduos, redução da ocorrência de alagamentos, escoamento rápido das águas superficiais, facilitando o tráfego por ocasião das chuvas, diminuição da destruição de vias públicas pelo efeito de chuvas intensas, redução de custos com manutenção, restauração e reabilitação de equipamentos públicos danificados após a ocorrência de chuvas, redução transtornos causados pela interdição de ruas e a paralisação de serviços públicos essenciais, como o transporte público, a possibilidade de circulação de veículos e pedestres em áreas urbanas após chuvas intensas, valorização das propriedades nas áreas em que possuem sistema de drenagem e aumento da qualidade de vida e por fim, melhoria na qualidade da saúde pública do município.

Impactos Ambientais dos Alagamentos e Alcances Ambientais da Obra

Os alagamentos em áreas urbanas são consequência de dois processos, que podem ocorrer de forma isolada ou integrada. O primeiro processo corresponde a inundações em áreas ribeirinhas, onde as enchentes naturais atingem a população, que por falta de planejamento do uso do solo, ocupa os leitos dos rios. O segundo processo corresponde às inundações causadas pela urbanização, onde, com o desenvolvimento urbano, ocorre a impermeabilização do solo através de telhados, ruas, calçadas e pátios, fazendo com que a parcela de água que infiltrava passe a escoar pelos condutos aumentando o escoamento superficial.

A partir do momento em que a população urbana aumenta, são construídas mais áreas impermeáveis e condutos, que modificam o escoamento superficial das águas pluviais, e com isso, o caminho da água é alterado passando a ser determinado pelo traçado das ruas, sendo direcionado pelas sarjetas até as bocas de lobo.

Os impactos climáticos são ditos de pequena escala, basicamente decorrentes do aumento do número de construções, porém, se processam de maneira lenta, e a longo prazo podem causar alterações no balanço hídrico local, com impactos inclusive sobre a qualidade das águas, devido, por exemplo, a alterações da qualidade das águas da chuva, diminuição das vazões mínimas, entre outros fatores.

É importante ressaltar a importância de soluções que atuam nas causas dos problemas e não somente tentando amenizar os efeitos. Pensando dessa forma, se consegue soluções mais sustentáveis e eficientes.

Com a obra será garantido a redução dos transtornos decorrentes de fortes chuvas, redução de ocorrência de descarte irregular de resíduos, redução da ocorrência de alagamentos, escoamento rápido das águas superficiais, facilitando o tráfego por ocasião das chuvas, diminuição da destruição de vias públicas pelo efeito de chuvas intensas, redução de custos com manutenção, restauração e reabilitação de equipamentos públicos danificados após a ocorrência de chuvas, redução transtornos causados pela interdição de ruas e a paralisação de serviços públicos essenciais, como o transporte público, a possibilidade de circulação de veículos e pedestres em áreas urbanas após chuvas intensas, valorização das propriedades nas áreas em que possuem sistema de drenagem e aumento da qualidade de vida, evitando assoreamento da rede, córregos e rios, trazendo melhoria substancial à saúde pública.

6.3 Impactos Sociais dos Alagamentos e Alcances Sociais da Obra

Um sistema para drenagem das águas pluviais diminui o risco de inundações na área, pois faz com que a água da chuva que não pôde infiltrar seja direcionada rapidamente para um corpo receptor. Diminuindo esse risco, a população local permanece também menos suscetível a possíveis doenças de veiculação hídrica, melhorando assim a saúde e o bem-estar das dos munícipes.

Qual a população diretamente atingida, relacionada a esta meta? Quais prejuízos e limitações a que estão submetidas?

Nº Pessoas	7.000 pessoas atingidas diretamente
Prejuízos	Perda de imóveis devido ao alagamento, perda de móveis e bens devido às fortes chuvas, destruição de vias pública, dano psicológico.
Limitações	Casas e comércios interditados e transporte devido ao risco

Qual a população diretamente afetada, relacionada a esta meta? Quais prejuízos e limitações a que estão submetidas?

Nº Pessoas	2.662 pessoas atingidas diretamente
Prejuízos	Perda de móveis e bens devido às fortes chuvas aumento de percurso devido as ruas interrompidas.
Limitações	Deslocamento interrompido devido ao alagamento.

Infraestrutura afetadas pelos alagamentos na região

Tipo de Infraestrutura	Nº de Imóveis	Nº de Pessoas Atendidas	Situação	Observações
Saúde	XX	XX		
Ensino	03	Totalizando		

		1.920 alunos da rede fundamental		
Uso comunitário	11	Em média 11.210 pessoas por dia	Ruas e praça em desuso devido aos alagamentos.	
Comércios	477	Em média 7.000 pessoas por dia		
Rodoviária	01	Em média 790 pessoas por semana		

Percebe-se que o impacto social causado pelos alagamentos são grandes, portanto, uma obra de macrodrenagem além da segurança para região o impacto social e econômico será grande, possibilitando melhor manutenção das vias, contribuindo para o desenvolvimento do urbanismo da cidade, além de consolidar a boa prática mercante do comércio, entregando a Pinheiros a dignidade que ela e seus munícipes merecem.

6.4 - POPULAÇÃO AFETADA NO MUNICÍPIO E POPULAÇÃO URBANA AFETADA POR BAIRRO

Município- 23.915 (indiretamente);

Domiciano (96);

Parte do colina (317);

Parte do Centro (1427);

Parte do bairro Canário (381);

Parte do bairro Jundiá (476).

7 - CAPACIDADE DE AÇÃO E RESPOSTA

A capacidade de resposta dos órgãos de emergência não sofre alterações significativas nos períodos noturnos, de feriados e final de semana, enquanto os demais órgãos dependerão de um plano de chamada para sua mobilização nos períodos fora de horário comercial.

- O tempo de mobilização de todos os órgãos envolvidos neste Plano é de no mínimo de 1 hora, quando em horário comercial e de até 4 horas em períodos fora do horário comercial.
- A mobilização dos órgãos estaduais de emergência ocorrerá em até 24 horas após ser autorizada.
- O monitoramento deverá ser capaz de estabelecer as condições para um alerta indicando a possibilidade de ocorrências com 24 horas de antecedência.
- Quando os sistemas de telefonia celular for afetado se utilizará rádio amador para se manter a comunicação nos cenários acidentais.
- O acesso aos bairros *com setores de risco* em alerta será limitado ou interrompido devido à vulnerabilidade da via acesso, seja ruas, estradas ou pontes a partir do alerta crítico.

8 - ATIVAÇÃO DO PLANO

O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil será ativado sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que caracterizam um dos cenários de risco

previstos, seja pela evolução das informações monitoradas, pela ocorrência do evento ou pela dimensão do impacto, em especial:

Quando a precipitação monitorada pela COMPDEC for igual ou superior a 100 mm, cuja repetição prolonga-se por um período maior que 72 horas consecutivas.

- Quando o nível do Rio Jundiá for superior ou igual a 1,5 metros.
- Quando o movimento de massa for detectado e informado aos órgãos competentes.
- Quando houver índices pluviométricos superiores ao esperado para o período de previsão, e estes provocar inundações e enchentes.
- O Plano Municipal de Contingência poderá ser ativado pelas seguintes autoridades:
 - **Coordenador de Proteção e Defesa Civil.**
 - **Prefeito.**
 - **Chefe de Gabinete.**

Na ausência das autoridades acima, deverá o **Secretário de Obras e ou Planejamento**, assumir a liderança do evento, até que as demais autoridades se apresentem em tempo hábil.

Após a decisão formal de ativar o PLANCON as seguintes medidas serão desencadeadas:

- O Gabinete do Prefeito ativará o Plano de Chamada, o posto de comando e as compilações de informações.
- Os órgãos mobilizados ativarão os protocolos internos definidos de acordo com o nível da ativação (atenção, alerta, alarme, resposta).
- De acordo com o nível de ativação, os órgãos envolvidos deverão providenciar os recursos humanos e materiais, e ficar de prontidão para o atendimento.
- A comunidade deverá ser comunicada de todas as ações, pelos meios de comunicações ativos no município.

9 - DESMOBILIZAÇÃO

A desmobilização será feita de forma organizada e planejada, priorizando os recursos externos e mais impactados nas primeiras operações. Deverá ordenar a transição da

reabilitação de cenários para a reconstrução sem que haja interrupção no acesso à população aos serviços essenciais básicos.

O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil será desmobilizado sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que descaracterizam um dos cenários de risco previstos, seja pela evolução das informações monitoradas, pela não confirmação da ocorrência do evento ou pela dimensão do impacto, em especial:

- Quando a evolução da precipitação após a redução do plano, monitorada pela COMPDEC for inferior ou igual a 100 mm.
- Quando a evolução do nível do rio Jundiá, após a ativação do Plano, monitorado pela COMPDEC for inferior ou igual a 1,50m.
- Quando o movimento de massa não for detectado pela COMPDEC.
- Quando a ocorrência de inundação não evoluir na zona rural deste município.

10 - MONITORAMENTO

O monitoramento na Sede do município é realizado com os índices pluviométricos Obtidos no site do INCAPER, os dados são enviados a COMPDEC, com auxílio de voluntário.

É levantado junto aos municípios limítrofes como Boa Esperança, Montanha, Ponto Belo e Pedro Canário possíveis mudanças bruscas de tempo, sim é possível ter uma avaliação adequada e, caso necessário emitir Alerta.

10.1 - Alerta

A Coordenadoria Municipal tem duas fontes de monitoramento uma pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN e outra pelo Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - *INCAPER*.

Os alertas têm quatro níveis: leve, moderado, *alto* e *muito alto*, sendo os dois últimos níveis os mais alarmantes, ocorre quando o nível de chuva aumenta em um período muito curto e ou fica acima da média por um período de dois ou três dias.

10.2 - Alarme

O alarme será emitido, quando os critérios no item ativação deste Plano forem verificados, por integrantes da COMPDEC e órgão de apoio.

Será notificado via comunicação sonora, via redes sociais, Rádio FM, TV, badaladas de sinos da igreja (zona rural), entre outros.

Após a emissão do alarme, a população que se encontra em zonas de risco deverá procurar abrigo em casas de amigos/parentes em **local seguro**, caso não seja possível, encaminhar-se para um abrigo público previamente indicado pela COMPDEC.

11 - ACIONAMENTO DE RECURSOS

Com a ativação deste Plano, será realizada a convocação de todos os órgãos de apoio, e acionado o SCO, Sistema de Comando de Operações, em conjunto com a CEPDEC, iniciando o gerenciamento das ações iniciais das operações e análise das necessidades de recursos externos à COMPDEC.

Depois de adotado o posto de Comando de Operações, e avaliado os danos causados pelo desastre, terá efetivamente uma ciência de qual será a demanda de recursos humanos e materiais necessários às operações de apoio, seja de socorro, logística, restabelecimento de serviços essenciais e ações de normalização das áreas atingidas.

Após as ações de socorro, o setor de Administração deverá coordenar as equipes multidisciplinares de avaliação dos danos e prejuízos, possibilitando cadastrar e elencar os recursos necessários às ações de resposta, recuperação, e às demais ações continuadas, de assistência social.

12 - AÇÕES DE SOCORRO

Para as ações de busca e salvamento será acionado o corpo de bombeiros da 2ª Cia BM - Nova Venécia.

Os primeiros socorros serão realizados com parceria com a 2ª Cia BM – Nova Venécia, juntamente com equipe de profissionais da Secretaria de Saúde. Podendo ser utilizados voluntários com apoio das instituições parceiras.

A Secretaria de Saúde irá verificar adequadamente os casos de acordo com o nível de gravidade, para adotar o atendimento necessário e suporte ao paciente.

A COMPDEC e órgãos de apoio realizarão vistorias de suplementares em áreas de risco, a fim de promover, se for o caso, a evacuação da população das áreas que apresentem riscos iminentes, bem como de edificações vulneráveis.

Em caso do evento já ter concretizado, identificar possíveis populares e instruir a imediata evacuação do local, para evitar novas vítimas.

Caso tenha tempo hábil deverá ser evacuado os bens e levados a um local seguro. A evacuação poderá ser auxiliada por: líderes comunitários, NUPDECs, agentes comunitários de Saúde e Endemias, além de voluntários. Se for necessário o emprego de força de segurança pública – Polícia Militar.

Grupo de trabalho coordenado pela Secretaria de Assistência Social deverá cadastrar e registrar a população afetada pelo desastre e, outras providências.

13 - ABRIGAMENTO

A Secretaria de Assistência Social deverá dispor de abrigos públicos em condições estruturais adequadas, para receber desabrigados.



Serão alocadas no Ginásio municipal de esportes localizado na Rua. Boa Esperança, 60-102 bairro Vila Verde - Pinheiros, ES, 29980-000, munícipes afetados pelo evento de desastre, cujas casas e/ou edificações foram danificadas, ou, por ventura de força maior teve que ser evacuado de setor de risco.

O manejo de vítimas fatais em decorrência do desastre, com as seguintes fases: recolhimento, transporte, identificação e liberação para funeral, com apoio do Serviço Médico Legal e da Polícia Civil do Espírito Santo.

14 - RECEBIMENTO, ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE DOAÇÕES

Será de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social a coordenação de recebimento, organização e com apoio de voluntários distribuírem os donativos, aos afetados diretamente pelo desastre, que estejam em situação de desabrigamento ou desalojamento.

O atendimento os grupos especiais, terá apoio da Assistência Social, Secretaria de Saúde, e Conselho Tutelar. Com suas atribuições legais.



Com o avanço do Sistema de Comando de Operações e seus consequentes resultados, deverá elaborar avaliações periódicas do evento. Desta forma, definirá a solicitação de novos recursos necessários às operações no setor.

Com necessidade constatada de solicitar recursos de outros Municípios, Estado ou União, caberá ao SCO, determinar a necessidade de suplementação de recursos. Atentando-se para as competências e atribuições dos órgãos, e como deverá ser legalmente solicitado o apoio.

A COMPDEC e o Gabinete serão responsáveis pela coordenação e ações de suporte às entidades e órgãos que atuarão nas operações de resposta ao desastre. Atuação de órgãos atrelados à administração pública municipal, para apoio administrativo e jurídico na Resposta ao evento.

15 - ATRIBUIÇÕES

São responsabilidades gerais dos órgãos envolvidos no Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil:

- Manter um plano de chamado atualizado do pessoal de seu órgão;
- Desenvolver e manter atualizados os procedimentos operacionais padronizados necessários para a realização das tarefas atribuídas ao seu órgão;
- Preparar e programar os convênios e termos de cooperação;
- Identificar e suprir necessidades de comunicação para a realização das tarefas atribuídas ao seu órgão;
- Identificar fontes de equipamento e recursos adicionais para a realização das tarefas atribuídas ao seu órgão;
- Prover meios para a garantia da continuidade das operações de seu órgão, incluindo o revezamento dos responsáveis por posições chave;
- Identificar e prover medidas de segurança para as pessoas designadas para a realização das tarefas atribuídas ao seu órgão.

POLÍCIA MILITAR FIXO	(27) 3765-1365
POLÍCIA CIVIL	(27) 3765-1014
SAMU	192
BOMBEIROS	193
HOSPITAL MUNICIPAL	(27) 99648-7090

CONTATOS PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS

Segue abaixo o link de todos os contatos da administração Municipal

[Telefones úteis - PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS - ES](#)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

FLAVIO MARX BERNARDO SILVESTRE

CONTROLADOR GERAL DO MUNICIPIO

CGM - CGM - PMPINH

assinado em 21/05/2026 10:52:48 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 21/05/2026 10:52:48 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por FLAVIO MARX BERNARDO SILVESTRE (CONTROLADOR GERAL DO MUNICIPIO - CGM - CGM - PMPINH)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-KH4L4F>